

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS SOBRE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO SOCIAMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL

IZAILDO FEITOSA FELTRINI

UNIVERSIDADE ALVES FARIA - UNIALFA

JOHNATAN MICHAEL PEREIRA DE SOUSA

UNI PROCESSUS - CENTRO UNIVERSITÁRIO

THIAGO ANTÔNIO BEURON CORRÊA DE BARROS

Introdução

O artigo apresenta percepção dos servidores públicos do Distrito Federal sobre sustentabilidade e gestão socioambiental do Poder Executivo do governo do Distrito Federal. Foram coletadas informações sobre as políticas socioambiental e a carreira dos servidores públicos alvo da pesquisa e foi encaminhada uma pergunta solicitando opinião sobre mudança de comportamento coletivo referente à sustentabilidade e efetividade da gestão de socioambiental. O resultado evidenciou opinião sobre ausência de “ação” (palavra mais citada pelos entrevistados), tanto por parte de seus pares e da sociedade.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Problematização apresentada: Qual é o nível de aderência das políticas públicas sustentáveis e gestão socioambiental implantadas no Distrito Federal, na percepção dos servidores públicos do Distrito Federal? Os objetivos específicos norteadores foram 1) verificar se os servidores PPGG possuem noções ou conhecimentos sobre sustentabilidade e gestão socioambiental; 2) verificar se os servidores PPGG percebem a existência do sistema de gestão socioambiental no Distrito Federal; 3) identificar as principais sugestões, críticas, opiniões ou elogios apresentados pelos servidores PPGG entrevistados.

Fundamentação Teórica

As fontes principais analisadas foram as apresentadas no referencial teórico sob a perspectiva dos estudos de Elkington (2018), no que concerne à teoria da Triple Bottom Line (TBL) e gestão socioambiental na Administração Pública de Favoreto (2019) e Jaber (2020). Nascimento (2007); Costa (2013) e Tachiwaza (2010), ao tratarem sobre gestão socioambiental, asseveram que os atos de gestão socioambiental devem transcender à análise dimensionada pelas normas, chamando à responsabilidade para todos os agentes envolvidos com o fim de concretizar as políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

Metodologia

A pesquisa foi realizada integralmente no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal. As ações foram feitas através do encaminhamento de mil formulários de Google Forms, com a pergunta basilar da presente pesquisa, para servidores da carreira de PPGG. Para análise, foram analisados 353 questionários, o que representa o percentual total de 15,35% (considerando o universo de 2.299 servidores, a amostra obtida foi estatisticamente significante ao nível de 95% de confiança. Foi realizada análise de conteúdo, conforme Bardin; lexical, à exemplo de Mascarola e Freitas.

Análise dos Resultados

As ponderações apresentadas por 108 entrevistados versam sobre a má atuação das autoridades da Administração Pública nas questões de sustentabilidade e ausência de uma gestão socioambiental, tanto para as unidades administrativas internas, quanto para a sociedade como um todo. Em 12 respostas apresentadas pelos entrevistados (3,39%) há uma atribuição do fracasso da gestão socioambiental atrelada à falta de normas ou leis mais exigentes, ou que ações integradas de monitoramento das regras. Os 75,82% dos entrevistados ressaltam falta de educação e incentivo ao engajamento e ação sustentável.

Conclusão

Vê-se que os entrevistados conhecem, ainda que superficialmente, normas e projetos vigentes sobre o tema da sustentabilidade, mas não vêm continuidade, monitoramento e fiscalização das regras estabelecidas. Entrevistados também opinaram por projetos de normas que atendessem a um determinado tema de sustentabilidade, porém, para os assuntos específicos, já haviam normas vigentes. Fato esse que demonstra desconhecimento das legislações sobre o tema. No tocante à gestão socioambiental, há desconhecimento, por parte dos entrevistados, de programas de sustentabilidade já estruturado do governo.

Referências Bibliográficas

Beuron, T. A. (2019). Contribuições para um modelo de Universidade Verde; Elkington, J. (2018). 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.”; Favoreto, A. (2019). Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Distrito Federal. (2023). Política Ambiental e Sistema Distrital de Meio Ambiente. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal. Jaber, T. (2020). O Despontar de um Futuro Sustentável; Goulart, L. C.; Pietrafesa, P. A. (2019). Gestão ambiental;

Palavras Chave

sustentabilidade, gestão socioambiental, servidor público

Agradecimento a órgão de fomento

Agradecimentos especiais à equipe gestora e operacional do ENGEMA, pela oportunidade em ofertar espaço de aprendizagem e mútua colaboração de um tema tão relevante que é a sustentabilidade.

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS SOBRE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO SOCIAMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL

Introdução

A sustentabilidade é tema de relevância internacional e de fundamental importância para garantir a existência de um ambiente saudável e duradouro. A Organização das Nações Unidas, em seus estudos sobre a preservação do meio ambiente, assevera a responsabilidade de todos em promover ações que colaborem para a proteção do meio ambiente para as gerações presentes e futuras (Organização das Nações Unidas, 2022).

A responsabilidade de preservação e proteção do meio ambiente também se estende às organizações, públicas ou privadas, que são centros influenciadores e de importância para a sociedade. Estas desempenham um importante papel na busca da sustentabilidade socioambiental, adotando práticas que estimulem a responsabilidade de preservação do meio ambiente a curto, médio e longo prazo (Kurasaka et al, 2021).

No âmbito do poder público federal, as medidas ambientais foram unificadas e abrangidas a todo território nacional com a Lei Federal nº 6.938/1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

O Distrito Federal (DF), em 13 de setembro de 1989, assumiu compromisso formal com a publicação da Política Ambiental (Distrito Federal, 1989) em seu território. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), à época, foi designada como órgão responsável pelo estímulo e concretização das políticas públicas sustentáveis.

Diversas normas e regulamentos foram elaborados com intuito de concretizar as políticas públicas sustentáveis. Ao pesquisar, no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ) (Distrito Federal, 2023), em 07/09/23, o vocábulo “sustentabilidade” aparece no campo “resultado” 324 vezes, listando, em seguida, todos os documentos regulamentadores de ações e políticas sobre a temática vigentes no Distrito Federal.

Aparte às referências normativas, em 24 de outubro de 2016, o governador do DF à época, anunciou “a adesão do governo de Brasília à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (Empresa Brasil de Comunicação, 2016), composta por 17 objetivos e 169 metas para países desenvolvidos e em desenvolvimento percorrerem em prol da construção de um meio ambiente equilibrado.

Outra medida de concretização de política pública sustentável, foi a adesão pela Administração Pública do DF, da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) pelo Decreto Distrital nº 38.246, em 1º de junho de 2017 (Distrito Federal, 2017), que é uma ferramenta de consolidação prática de ações de proteção ao meio ambiente, objetivando a adoção concreta de referenciais de sustentabilidade ambiental na Administração Pública em geral (Vieira e da Silva, 2022).

A presente pesquisa apresentou, aos servidores públicos, que encontram-se inseridos nesse universo de normativos e projeto cunho sustentável, questionamento solicitando opinião sobre mudança de comportamento coletivo referente à sustentabilidade e efetividade da gestão de socioambiental.

A pesquisa contou com a análise de 353 questionários preenchidos, o que representou o percentual de opinião de 15,35% do total de 2.299 servidores efetivos em exercício nas atividades públicas (Distrito Federal, 2023).

O resultado da pesquisa evidenciou que os servidores da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG) do DF possuem conhecimento sobre a temática da sustentabilidade; que se preocupam tanto com as questões ambientais quanto com as questões sociais e econômicas, como as definidas por Elkington (2018); Favoreto (2019) e Jaber (2020).

O posicionamento preponderante é a ausência de “ação” (palavra mais citada pelos entrevistados), tanto por parte de seus pares e da sociedade em geral, para fins de consolidar cultura sustentável, quanto por parte do governo e dos gestores, que se quedam inertes quanto ao monitoramento e fiscalização das normas já vigentes.

No que tange à mudança de comportamento, por parte da sociedade em geral, à exemplo dos estudos de Almeida (2007); Beuron (2019) e Costa e Ramos (2013), os servidores acreditam que a educação, capacitação e incentivo ao engajamento, pelo governo e gestões, são ferramentas essenciais de transformação de uma cultura mais protetiva.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O questionamento foi apresentado, aos servidores lotados em órgãos e entidades do poder executivo do DF, com o intuito de responder a seguinte problematização: Qual é o nível de aderência das políticas públicas sustentáveis e gestão socioambiental implantadas no Distrito Federal, na percepção dos servidores públicos do Distrito Federal?

A pesquisa em tela objetivou, em linhas gerais, coletar dados quali-quantitativos referentes a real concretização das políticas públicas de sustentabilidade e gestão socioambiental. Os objetivos específicos norteadores foram:

- Verificar se os servidores PPGG possuem noções ou conhecimentos sobre sustentabilidade e gestão socioambiental;
- Verificar se os servidores PPGG percebem a existência do sistema de gestão socioambiental no Distrito Federal e se ela trouxe mudança de comportamento dos servidores inseridos na Administração Pública;
- Identificar as principais sugestões, críticas, opiniões ou elogios apresentados pelos servidores PPGG entrevistados.

Fundamentação teórica

No tocante à sustentabilidade e gestão socioambiental, o tema é de suma importância e tratado tanto no âmbito das organizações públicas como privadas, com intuito em promover um meio ambiente equilibrado.

O evento da Cúpula da Terra no Brasil (Organização das Nações Unidas, 2022), trouxe importante atenção política e governamental ao repensar das políticas públicas internas e externas vigentes, verificando se estas concretamente atendiam às finalidades de unir ações preventivas e coercitivas a fim de compelir ataque aos bens comuns universais, tais como a natureza e o clima, conforme Goulart e Pietrafesa (2019).

Aparte à formalização de tratados e acordos, ao dissertar, teoricamente, sobre a questão da Gestão Ambiental efetivada pelos Estados-nação, é cediço entender que esta é uma das melhores estratégias para a concretização das políticas públicas de prevenção e combate às ações antisustentáveis. Pfitscher teceu interessantes considerações a respeito da temática, nos seguintes termos (Pfitscher, 2013, p. 6):

A Gestão Ambiental é uma das alternativas mais plausíveis de se alavancar os índices de desenvolvimento sustentável. Ela está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos *stakeholders*.

A gestão socioambiental no contexto da Administração Pública é um conjunto de ações integradas que objetivam a convivência harmoniosa dos indivíduos com o meio ambiente, por intermédio de execução de políticas públicas e normativos que versam sobre a temática (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2021).

Nascimento (2007); Costa (2013) e Tachiwaza (2010), ao tratarem sobre a temática, asseveram que os atos de gestão socioambiental devem transcender à análise dimensionada pelas normas, chamando à responsabilidade para todos os agentes envolvidos com o fim de concretizar as políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

É importante ressaltar que a concretização da gestão socioambiental é complexa e vai além da formulação e publicação de normas. A premissa clássica é, na concepção de Beuron (2019), o entendimento de que os estudos sobre as ações sustentáveis devem convergir ao mapeamento de comportamentos positivos e negativos dos agentes envolvidos, referentes à sustentabilidade.

Beuron (2019), acredita que seja necessário desenvolver políticas voltadas aos agentes envolvidos em grandes corporações, como no caso das Universidades, com o intuito de fomentar competências capazes de lidar com situações reais e complexas, de modo autônomo e compromissado com o interesse coletivo.

O objetivo das ações sustentáveis apresentadas por Beuron (2019) visam a efetiva concretização das políticas públicas socioambientais delineadas nas normas e senso comum, através de uma gestão integrada, com fiscalização de normas, comportamentos e avaliação permanente.

Hossain (2019), ao analisar “Laboratórios vivos” em pesquisa sobre sustentabilidade organizacional, listou importantes características sobre a análise de sua instalação em contextos sociais, dentre esses a análise do ambiente real (isolado e combinado) e das partes interessadas (diversas segmentações).

Hossain (2019), avaliou também, critérios como as atividades, projetos e sensoriamentos executados (melhores práticas sustentáveis) e seus desafios de efetivação (temporalidade, governança, resultados imprevistos, eficiência, recrutamento de grupos de usuários e sustentabilidade e escalabilidade de suas atividades de inovação) e os resultados obtidos (resultados de inovação tangíveis ou intangíveis), assim como o nível de sustentabilidade alcançado.

Almeida (2007), analisou profundamente o perfil dos gestores de grandes organizações no desempenho de suas atividades. Descreveu que empresas de sucesso buscavam pessoas com postura ética, salientando que este perfil trazia, inclusive, “vantagens competitivas decorrentes de uma imagem positiva projetada na comunidade e do aumento da satisfação e da melhoria do desempenho dos trabalhadores”.

O referido autor, alinhado aos estudos de Beuron (2019), analisou os atores de uma corporação como um ser único, com suas crenças, valores morais, princípios e costumes. Em suma, a mudança de comportamentos é consequência do repensar e sentir de uma série de fatores internos aliados à efetivação de uma política mestre orientadora de condutas.

A formação de servidores públicos empreendedores de cultura sustentável, na perspectiva ora apresentada, é fruto de processo individual aliada à consciência coletiva

e solidária. A Administração Pública, nessa perspectiva, deve buscar estabelecer as políticas públicas necessárias a fim de atingirem o grau máximo de conscientização e efetivação dos projetos e medidas sustentáveis.

A participação ativa brasileira na Conferência de Estocolmo, em 1972, (Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2005), demonstra o potencial de liderança e, ainda com suas limitações inerentes de país subdesenvolvido, condições de promover mudanças significativas em prol da preservação no meio ambiente equilibrado. A importância da participação do Brasil nos eventos internacionais projetou-o a ser país sede de expressivos eventos de incentivos às ações sustentáveis.

Os mais famosos internacionalmente foram a ECO92 ou RIO-92, em 1992; a A3P e em 1999; a Agenda 21 e as Metas da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Confederação Nacional dos Municípios, 2022 e Ministério do Meio Ambiente, 2021), que é composta por 17 objetivos e 169 metas para direcionar o mundo para um caminho mais sustentável e resiliente (Salviano e Medeiros, 2020).

No tocante ao método e metodologia adotados, a pesquisa em tela apresentou formato exploratório no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, através de pesquisa bibliográfica e análise documental de normativos, doutrina, informações contidas em sítios de internet oficial atinentes ao Distrito Federal, às políticas públicas de sustentabilidade e aos agentes públicos. Tal pesquisa possibilitou melhor definição e delineamento do escopo estudado e suas amplitudes e complexidades inerentes.

Tal justificativa do aprofundamento do tema, no âmbito da Administração Pública do DF, foi a necessidade de apresentar uma pesquisa com a maior quantidade possível de informações, com detalhamentos, cuja finalidade foi de aprender ao máximo sobre o tema, conforme preconiza Duarte e Barros (2006).

No caso em tela, as fontes principais analisadas foram as apresentadas no referencial teórico sob a perspectiva dos estudos de Elkington (2018), no que concerne à teoria da *Triple Bottom Line* (TBL) e gestão socioambiental na Administração Pública de Favoreto (2019) e Jaber (2020).

Os estudos de Arruda e Rodrigues (2018), asseveraram nas conclusões finais de sua dissertação de Mestrado, a necessidade de estudar a percepção de sustentabilidade, à luz da A3P e dos agentes públicos de diversos órgãos e entidades, conforme realizado na companhia hidrelétrica da região nordeste do Brasil, considerando suas especificidades.

A pesquisa foi realizada integralmente no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, em órgãos e entidades da Administração Direta - Secretaria de Estado e Administrações Regionais e Administração Indireta em geral - autarquias, fundações e sociedade de economia mista.

As ações foram feitas através do encaminhamento de mil formulários de *Google Forms*, via *WhatsApp*, com a pergunta basilar da presente pesquisa, para servidores da carreira de PPGG, carreira essa própria do Distrito Federal na qual o pesquisador autor pertence e possui mais acesso.

A população envolvendo gestores e analistas em PPGG do Distrito Federal é composta por 2.299 pessoas em até 10 de setembro de 2023, conforme informa o Portal da Transparência do DF (Distrito Federal, 2023).

O pesquisador também encaminhou ofícios para os 94 órgãos e entidades do DF cadastrados no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), formalizados no processo nº 00055-00026930/2023-71, solicitando a divulgação do questionário e envio de informações para subsidiar a presente pesquisa. Desse modo, a pesquisa buscou atingir o quantitativo máximo de servidores PPGG possível.

A escolha da carreira de PPGG também se justifica pelos servidores estarem lotados e exercendo suas funções em todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do DF, o que possibilitou mostrar a visão de sustentabilidade por diversas segmentações da Administração Pública do Distrito Federal.

Os servidores que participaram da pesquisa dispuseram de dispositivo móvel próprio (celular ou *tablet*) ou acesso a computadores, com internet. O acesso ao questionário só era permitido com a ciência e concordância prévia à leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Após a concordância era liberado o questionário *online* com a pergunta subjetiva.

O tempo de aplicação do questionário virtual ou por telefone tinha em média duração de dois minutos, contemplando a leitura e concordância do TCLE e preenchimento do formulário.

Os dados apresentados pelos servidores PPGG foram organizados sob a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e apresentação de nuvem de palavras, à exemplo de Silva e Jorge (2019), a fim de destacar os conteúdos ou inferências evocadas.

A análise lexical também foi utilizada na presente pesquisa. Freitas e Moscarola (2012, p. 36) conceituam essa análise nos seguintes termos:

Conceitua em se passar da análise do texto para a análise do léxico (o conjunto de todas as palavras encontradas nos depoimentos ou respostas). A primeira parte da análise das respostas consiste na leitura dos textos. Vai-se lendo o texto correspondente a cada uma das empresas entrevistadas e a seguir pode-se interpretar o conteúdo de forma a codificar as respostas dadas à medida que se lê o conteúdo da resposta em análise, pode-se criar as categorias de respostas as quais se deve marcar antes de passar ao próximo respondente.

No caso em tela, as respostas apresentadas pelos servidores PPGG foram analisadas globalmente e, posteriormente, cada por cada léxico apresentado. Esses foram sublocados em grandes grupos:

- Conhecimentos Teóricos (quadro 1);
- Publicidade nas ações de sustentabilidade (quadro 2);
- Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades (quadro 3);
- Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade (quadro 4);
- Normativos referentes à sustentabilidade (quadro 5).
- Capacitação (quadro 6);
- Gestão na Administração Pública (quadro 7).

Os presentes grupos foram desenvolvidos através das premissas teóricas desenvolvidas pelos estudos de sustentabilidade e conceitos de gestão socioambiental à luz de Almeida (2017); Jaber (2020) e Elkington (2018).

Os dados reorganizados subsidiaram traçar a percepção dos servidores PPGG do DF em relação à sustentabilidade e suas opiniões sobre mudança de comportamento e gestão eficaz.

Discussão

A questão subjetiva foi elaborada com a finalidade de abrir espaço, aos entrevistados, quanto a oferecer opiniões, críticas, sugestões e elogios, nos seguintes termos.

Para concluir, na sua percepção, o que você acha que poderia ser feito para que houvesse mudança de comportamento coletivo e efetividade da gestão de sustentabilidade socioambiental?

Foram devolvidos 353 formulários enviados aos servidores PPGG. O que representou a média de

No que concerne à análise, sob a perspectiva quantitativa, verifica-se que as respostas dos 99,65% entrevistados foram de aspectos contributivos e críticos. Não houveram elogios há projetos ou normas implantadas. O percentual de 0,35% foram de respostas “em branco” ou “que não sabiam opinar sobre o assunto”. Um entrevistado demonstrou total desesperança em mudança de comportamento da sociedades em geral.

Os conhecimentos teóricos referentes à sustentabilidade e gestão sociambiental foram identificadas em 27,19% das respostas apresentadas na perspectiva de Elkington (2018); Favoreto (2019) e Jaber (2020), apontando a necessidade estendido ao olhar ambiental, incluindo o foco social, educacional e/ou econômico.

As ponderações apresentadas por 108 entrevistados (30,58% do quantitativo total) versam sobre a má atuação das autoridades da Administração Pública nas questões de sustentabilidade e ausência de uma gestão socioambiental, tanto para as unidades administrativas internas, quanto para a sociedade como um todo.

Em 12 respostas apresentadas pelos entrevistados (3,39% do total) há uma atribuição do fracasso da gestão socioambiental atrelada à falta de normas ou leis mais exigentes, ou que ações integradas de monitoramento das regras.

Os 75,82% dos entrevistados ressaltam falta de educação, capacitação e incentivo ao engajamento de ações sustentáveis, fato este que inviabiliza mudança de comportamento.

Sob a perspectiva da análise lexical, as respostas foram avaliadas e as palavras-chave foram extraídas e reagrupadas em grandes grupos:

- Conhecimentos Teóricos (quadro 1);
- Publicidade nas ações de sustentabilidade (quadro 2);
- Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades (quadro 3);
- Ações Individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade (quadro 4);
- Normativos referentes à sustentabilidade (quadro 5);
- Capacitação (quadro 6);
- Gestão na Administração Pública (quadro 7).

Para cada grupo, foram destacadas as palavras que tinham pertinência temática. Foram somadas a quantidade de vezes que elas apareciam nas respostas apresentadas pelos entrevistados.

O quadro 1 apresenta o resultado referente ao tema “conhecimentos teóricos” sobre sustentabilidade e opinião dos servidores PPGG sobre a temática.

Quadro 1 - Conhecimentos Teóricos

	Conhecimentos Teóricos	Quantidade de vezes utilizadas
--	-------------------------------	---------------------------------------

1	Ambiente	42 vezes
2	Aprofundamento	1 vez
3	Preservação	1 vez
4	Sustentabilidade	74 vezes
TOTAL		118

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavra sustentabilidade foi a mais citada neste grupo, acompanhada da palavra “ambiente”. Os termos “sustentabilidade” e “ambiental” são as bases estruturais da presente pesquisa. Os entrevistados opinam sobre a necessidade de todos os agentes envolvidos conhecerem o tema basilar da gestão socioambiental, partindo dos pressupostos teóricos.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Esclarecimento do que é sustentabilidade, trazer para a nossa realidade e não tornar impositivo. A ideia é boa, mas não precisamos fazer e sem divulgar como se fosse uma virtude.
- Uma reunião explicativa sobre o tema.

O quadro 2 elenca diversos vocábulos que são relacionadas à publicidade das ações de sustentabilidade, tais como divulgação, campanha, educação, programa, engajamento, propaganda, comunicação e publicidade.

Quadro 2 - Publicidade das ações de sustentabilidade

	Publicidade das ações	Quantidade de vezes utilizadas
1	Campanha	39 vezes
2	Comunicação	3 vezes
3	Divulgação	48 vezes
4	Educação	43 vezes
5	Engajamento	39 vezes
6	Programa	36 vezes
7	Propaganda	5 vezes
8	Publicidade	2 vezes
TOTAL		215

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras que mais apareceram foram divulgação, educação, campanha e engajamento.

Os entrevistados expuseram a importância da implementação de ações com a devida publicação para dar estímulo aos demais agentes públicos e à sociedade a aderirem aos princípios sustentáveis.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Maior divulgação no tema sustentabilidade esclarecendo ponto a ponto de cada setor onde pode e deve ser inserida a sustentabilidade.

- Campanhas e ações, maior divulgação.

O quadro 3 elenca vocábulos referentes a sugestões de aplicação de ações na Administração Pública. As palavras selecionadas foram *benchmarking*, qualidade de vida, projeto, teletrabalho, premiação, coleta seletiva, uso racional, resíduo, gestão socioambiental, ação, efetividade, evento e integração.

Quadro 3 - Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades

	Sugestões de aplicação de ações nos órgãos/entidades	Quantidade de vezes utilizadas
1	Ação	191 vezes
2	<i>Benchmarking</i>	6 vezes
3	Coleta seletiva	22 vezes
4	Efetividade	23 vezes
5	Evento	6 vezes
6	Gestão Socioambiental	13 vezes
7	Integração	1 vez
8	Premiação	5 vezes
9	Projeto	25 vezes
10	Qualidade de vida	8 vezes
11	Resíduo	10 vezes
12	Teletrabalho	9 vezes
13	Uso Racional	3 vezes
	TOTAL	322

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavra mais citada no grupo, e inclusive em todo o estudo, é “ação”. Os servidores PPGG clamam por pôr em prática os projetos já elaborados. Monitorar e fiscalizar são outros tipos de ações muito citadas nas respostas apresentadas pelos entrevistados.

Sugestões, como a implantação de teletrabalho ou premiar os órgãos ou entidades que melhor executarem as políticas públicas de gestão socioambiental, com melhoria salarial ou folgas, foram apresentados pelos servidores PPGG como ferramentas que contribuiria para a implantação da gestão socioambiental.

A qualidade de vida no trabalho foi outro ponto salientado. Os entrevistados reconhecem a existência do programa, contudo não vêm efetividade e organização da ferramenta nas unidades administrativas.

Do mesmo modo a coleta seletiva, programa criticado veementemente pelos entrevistados, visto inexistir coerência entre as ações de separação praticadas pelos servidores com a existência de responsáveis pela coleta dos resíduos que “misturam os lixos previamente separados”.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Começar pelo mínimo, que é a separação efetiva do lixo no órgão. De nada adianta separar o lixo nas salas se ele é misturado na coleta pelo pessoal responsável pela limpeza.
- Ações em conjunto, com apoio dos órgãos do Estado. Políticas de bonificação as empresas que se dedicam, condomínios, etc.

O quadro 4 apresenta panorama de ações individuais e coletivas necessárias para implementação da gestão socioambiental sustentável. As ações listadas foram consciência, incentivo, mudança de hábito, comportamento, refletir, foco, prática e criatividade.

Quadro 4 - Ações individuais/coletivas intrapessoais referentes à sustentabilidade

	Ações Individuais/coletivas intrapessoais	Quantidade de vezes utilizadas
1	Comportamento	11 vezes
2	Consciência	61 vezes
3	Criatividade	1 vez
4	Foco	2 vezes
5	Incentivo	44 vezes
6	Mudança de hábito	2 vezes
7	Prática	28 vezes
8	Refletir	4 vezes
	TOTAL	154

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras mais comentadas foram, consciência, incentivo e prática. A maioria das respostas referenciam negligência das autoridades públicas e de ações governamentais concretas para ter uma gestão socioambiental eficaz.

Observa-se algumas respostas reverentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Penso que ainda falta a disseminação do trabalho em cima da prevenção neural e genética como uma ação importante que contribui para a concretização de medidas sustentáveis no poder público.
- Campanha massiva e persistente de conscientização da sociedade acerca de práticas sustentáveis; incentivo nas escolas a projetos e experimentos sobre sustentabilidade; leis que realmente punam as ações contrárias às práticas sustentáveis, não importando se o infrator é um cidadão ou uma empresa importante, guardando-se as devidas proporções, exemplos de conduta, cuidado e fiscalização eficientes da administração pública.

O quadro 5 apresenta um agrupamento de palavras referentes à normativos referentes à sustentabilidade. Em comparação com os demais grupos, esse é o que menos tiveram palavras usadas nas palavras dos entrevistados.

Quadro 5 - Normativos referentes à sustentabilidade

	Normativos	Quantidade de vezes utilizadas
1	Aprofundamento	1 vez
2	Fiscalizar	5 vezes
3	Lei	3 vezes
4	Norma	3 vezes
5	Sancionar	1 vez
	TOTAL	13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

A palavra mais usada nesse grupo foi fiscalizar. Fica claro que o posicionamento dos entrevistados não está focado na elaboração de normas, mas sim em colocar em prática o que já está previsto, com fiscalização e monitoramento constante.

Observa-se algumas respostas referentes à temática apresentada pelos entrevistados:

- Mais aprofundamento no tema sustentabilidade, trazendo ao entendimento das pessoas a importância das ações sustentáveis.
- Além de ações continuadas de capacitação deveriam haver normativas junto ao efetivo monitoramento de seu cumprimento, metas etc.

O quadro 6 apresenta um agrupamento de palavras referentes à capacitação voltada para o tema da sustentabilidade. As palavras apresentadas para esse quesito foram palestra, informação, capacitação, treinamento, seminário, oficina e curso.

Quadro 6 - Capacitação

	Capacitação	Quantidade de vezes utilizadas
1	Capacitação	10 vezes
2	Curso	29 vezes
3	Informação	25 vezes
4	Oficina	2 vezes
5	Palestra	28 vezes
6	Seminário	8 vezes
7	Treinamento	6 vezes
	TOTAL	108

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras que mais foram apresentadas no grupo são curso, palestra e informação. Dentre as respostas apresentadas, os entrevistados opinaram por falta de incentivos aos servidores participarem de cursos ou demais formações, até mesmo por falta de informação das ações sustentáveis existentes nos órgãos e entidades.

Observa-se algumas respostas apresentadas pelos entrevistados:

- Incentivar todos os servidores, estagiários e terceirizados a conhecer e participar de cursos, seminários e palestras sobre o tema.
- Curso menos teóricos e mais práticos no ambiente de trabalho.

O quadro 7 apresenta o rol de vocábulos referentes à gestão na Administração Pública, sob o ponto de vista sustentável. As palavras mais indicadas foram chefia, política, gestão, debate, governo, autoridade, administração, esclarecimento, meta, líder, alta gestão, servidor público, cultura organizacional, comunidade, sociedade e cidadão.

Quadro 7 - Gestão na Administração Pública

	Gestão	Quantidade de vezes utilizadas
1	Administração	7 vezes
2	Alta gestão	5 vezes
3	Autoridade	7 vezes
4	Chefia	4 vezes
5	Cidadão	3 vezes
6	Comunidade	4 vezes
7	Cultura organizacional	4 vezes

8	Debate	1 vez
9	Esclarecimento	6 vezes
10	Gestão	10 vezes
11	Governo	20 vezes
12	Líder	4 vezes
13	Meta	6 vezes
14	Política	10 vezes
15	Servidor público	1 vez
16	Sociedade	16 vezes
TOTAL		108

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As palavras mais comentadas foram governo e sociedade. Os principais clamores relatados pelos entrevistados foram atrair responsabilidade ao governo para que haja uma gestão efetivamente socioambiental. Observe uns comentários apresentados pelos entrevistados:

- Deveria ser criado um setor específico para tratar da questão ambiental no órgão e que fosse presente, com orientações pontuais de como o servidor pode ser agente promotor da sustentabilidade socioambiental no seu ambiente de trabalho.
- Maior engajamento da alta gestão nos projetos.
- Mais discussões, e principalmente ações práticas na área. Envolvimento de setores, Secretarias de estado e governo do GDF e Federal engajados. Mais ações na prática e criar essa cultura de sustentabilidade na cidade Brasília e Distrito Federal, em todas as Regiões administrativas e entorno. Mais divulgação de eventos e leis que incentivem essa prática. Investimento financeiro e uma prioridade maior para que gestores e servidores públicos em geral possam atuar e trazer economia, qualidade de vida aos cidadãos, transparência e publicidade maior nessa questão essencial para o respeito ao meio ambiente e uso responsável dos bens naturais, públicos do Distrito Federal.
- Não nomear para comissões pessoas alheias a questão de sustentabilidade nos órgãos, fiscalizar e punir gestores que não se responsabilizam pela separação de lixo orgânico do lixo reciclável. Incentivar práticas de diminuição do uso do papel, como o a utilização de formulários eletrônicos para cadastramento de usuários.
- É necessário que haja maior engajamento por parte dos servidores públicos quanto à A3P. Para tanto, é necessário que o Governo do DF estipule metas a serem cumpridas pelos órgãos públicos da estrutura, tais como economia de energia, uso sustentável dos insumos, gestão de resíduos, qualidade de vida dos servidores e compras sustentáveis.

Outros pontos salutaros foram a criação de associações ou grupos para debater sobre as questões sustentáveis, assim como ações em conjunto entre órgãos e entidades do DF.

A análise geral das respostas permitiu, conforme premissas de Silva e Jorge (2019), apresentar, em formato de nuvem de palavras, os léxicos mais recorrentes nas respostas apresentadas, considerando os vocábulos apresentados nos quadros 1 a 7.

Vê-se que os entrevistados conhecem, ainda que superficialmente, normas e projetos vigentes sobre o tema da sustentabilidade, mas não vêm continuidade, monitoramento e fiscalização das regras estabelecidas.

Entrevistados também opinaram por projetos de normas que atendessem a um determinado tema de sustentabilidade, porém, para os assuntos específicos, já haviam normas vigentes. Fato esse que demonstra desconhecimento das legislações sobre o tema.

No tocante à gestão socioambiental, há desconhecimento, por parte dos entrevistados, de um programa de sustentabilidade estruturado, com objetivos e metas clara. As respostas mostraram a necessidade, por parte das autoridades, de implantar modelos, acompanhados de campanhas educativas e incentivos para o engajamento.

O assunto dos motivos da desmotivação da Administração Pública do executivo local do DF não foi tema explorado na pesquisa, mas é de importante ser explorado para fins de desenvolver políticas públicas corretivas e novas metas de alcance dos objetivos pré estabelecidos pelos projetos e normas de caráter sustentável.

Importante, também, avaliar categoricamente se projetos, como o A3P ou Agenda 2030 são eficazes para a promovem alteração de comportamento e mudança de cultura por parte dos agentes públicos e sociedade em geral.

Outro ponto importante é acolher as críticas e sugestões apresentadas pelos entrevistados, tornando-lhes responsáveis pelo processo de estruturação dos princípios de sustentabilidade em seus locais de atuação.

Referências

Almeida, F. J. (2007). Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Revista De Administração Contemporânea*, 11. doi:<https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000300006>

Arruda, L. M., & Rodrigues, R. (2018). Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma companhia hidroelétrica. *Revista Faculdade de Tecnologia da Zona Sul*, 5. Fonte: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=24747>

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. (e. Lisboa, Ed.) (4ª edição).

Beuron, T. A. (2019). Contribuições para um modelo de Universidade Verde: Competências e Comportamentos para a Sustentabilidade. 187. Santa Maria.

Confederação Nacional de Municípios. (2022). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Fonte: Confederação Nacional dos Municípios: <http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>

Costa, F. J., R., R. R.; Ramos, I. (2013). Valores pessoais e gestão. (J. B. Arilda Schmidt Godoy, Ed.) *RAM, REV. ADM. MACKENZIE*, V. 14, N. 3, *Edição Especial*, 183-208.

di Pietro, M. S. (2006). 500 anos de Direito Administrativo Brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito de Estado*, 24. Fonte: <http://www.direitodoestado.com.br>

Distrito Federal. (1989). Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989. *Política Distrital do Meio Ambiente*. Fonte:

https://www.sinj.df.gov.br/sinj/ResultadoDePesquisa?tipo_pesquisa=geral&all=%22PoliticaDistritaldoMeioAmbiente%22

Distrito Federal. (2013). *Lei nº 5.190. Dispõe sobre a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal e dá outras providências*. Distrito Federal.

Distrito Federal. (2017). *Decreto nº 38.246: Regulamenta a Lei distrital nº 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, e dá outras providências*. Diário Oficial do Distrito Federal. Acesso em 09 de 06 de 2022, disponível em http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/f3e43cd8a92b47a694cfc7a2db46df10/Decreto_38246_01_06_2017.html

Distrito Federal. (2019). Decreto nº 39.610. *Edição Extra nº 01*. Diário Oficial do Distrito Federal. doi: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2019|01_Janeiro|DODF%20001%2001-01-2019%20EDICAO%20ESPECIAL|&arquivo=DODF%20001%2001-01-2019%20EDICAO%20ESPECIAL.pdf

Distrito Federal. (2023). Política Ambiental e Sistema Distrital de Meio Ambiente. *Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal*.

Distrito Federal. (2023). Sistema Integrado de Normas Jurídica do Distrito Federal. *Tribunal de Contas do Distrito Federal*. Fonte: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/ResultadoDePesquisa?tipo_pesquisa=geral&all=%22sustentabilidade%22

Duarte, J., & Barros, A. (2006). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação*. Editora São Paulo. Atlas.

Elkington, J. (2018). 25 years ago I coined the phrase “triple bottom line.” Here’s why it’s time to rethink it. *Harvard Business Review*. Fonte: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-whyim-giving-up-on-it>

Empresa Brasil de Comunicação. (2016). *Agência Brasil*. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/governo-de-brasilia-adere-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>

Favoreto, A. (2019). Transição para a sustentabilidade no Brasil e o desenvolvimento territorial nos marcos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista de desenvolvimento regional e agronegócio - Gepec*, 24. Fonte: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/930/844

Freitas, H.; Moscarola, J. (2012). Da observação à decisão: Métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dado. *RAE Eletrônica*, 52. Acesso em 26 de 04 de 2023, disponível em <https://www.scielo.br/j/raeel/a/nzhrSTzq6Tm4K6sbKx4Gcqs/?format=pdf&lang=pt>

Goulart, L. C.; Pietrafesa, P. A. (2019). Gestão ambiental e a política pública de sustentabilidade do Poder Judiciário de Goiás, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade* (2019): 6(14): 733-748. ISSN 2359-1412, 16.

Hossain, M. L. (2019). A systematic review of living lab literature. *Journal of Cleaner Production* 213:976-988. : <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.12.257> .

Jaber, T. (2020). O Despontar de um Futuro Sustentável: Mudança Organizacional e Visão Transformadora em uma Empresa de Gás e Petróleo. *Revista De Administração Contemporânea*, 25(3).

Kurasaka, Dias, Henrique; Braga, Sandri. (s.d.). Sustainability in Public organizations: A study in the Sustenta Paraná Network. doi:<https://doi.org/10.5902/1983465963992>

Ministério do Meio Ambiente. (2022). Fonte: Portal do Ministério do Meio Ambiente: <https://antigo.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p.html>

Ministério do Meio Ambiente do Brasil. (2021). *Ministério do Meio Ambiente*. Fonte: Agenda 21: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21.html>

Ministério do Meio Ambiente.; Ministério da Educação. (2005). Programa Nacional de Educação Ambiental. (Brasília, Ed.) (3). Acesso em 19 de abril de 2022, disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

Nascimento, L. F. (2007). . Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram. *Encontro Anual da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Administração*, p. 31.

Oliveira, T. M. (2021). Preexistências geográficas de Brasília : a paisagem da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá como locus referência de memória, identidade e sustentabilidade. p. 209. Fonte: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40344>

Organização das Nações Unidas. (2022). *A ONU e o Meio Ambiente*. (U. N. Publications, Produtor) Acesso em 19 de Maio de 2022, disponível em Nações Unidas Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>

Pfitscher, L. C. (2013). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, 16.

Regis, N. L. (2017). O dever constitucional de pactuar o desempenho para a boa administração pública. *Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia*. Acesso em 2017, disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22753>

Salviano, M., de Almeida, E.; de Souza, M.; de Medeiros, P. (2020). Percepção ambiental de grupos sociais sobre a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em uma instituição de ensino superior, no Nordeste do Brasil. *Brazilian Journal of Development*, 6, 59397-59411. doi:10.34117/bjdv6n8-382

Silva, P.; Jorge, T. (2019). Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. *8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, (p. 8). Fonte: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/issue/view/28>

Tachiwaza, T. (2010). Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. (6. Ed., Ed.) *Atlas*.

Vieira, I. L; da Silva, E. M. (2022). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): análise da aderência de uma autarquia federal - Rio de Janeiro/RJ. *Gestão e Sustentabilidade Ambiental, 11*. Fonte: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/7839/6009